



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Educação  
**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA  
PROCESSO Nº: E-03/11.400.842/2004  
INTERESSADO: EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO – SERRANA III

**PARECER CEE Nº 174 /2005**

Determina a aplicação da Deliberação CEE nº 195/92 ao Centro Educacional Gonçalves, situado na Rua Alberto Santos Carvalho, nº 75, Parada 40, Município de São Gonçalo, e determina, ainda, o encerramento das atividades irregulares do Centro Educacional Gonçalves, na Igreja Batista Barra do Imbuí e na Igreja Assembléia de Deus, no Bairro de Santa Cecília, em Teresópolis, e dá outras providências.

**HISTÓRICO**

A Presidente do Conselho Municipal de Educação de Teresópolis dirigiu-se ao Coordenador da Coodenadoria Regional Serrana III, através do ofício CME nº 05/2004, solicitando informações acerca da situação legal do Centro Educacional Gonçalves, já que a Secretaria Municipal de Educação encaminhara correspondência de uma aluna matriculada na Fundação Educacional Serra dos Órgãos, consultando sobre a regularidade de seus estudos. Como o órgão municipal tem recebido outras consultas do mesmo teor a respeito da mesma instituição, a Equipe de Supervisão Educacional foi mobilizada para que providenciasse um levantamento das atividades em Teresópolis. Constatou-se que o mesmo funciona na Igreja Batista Barra do Imbuí e na Igreja Assembléia de Deus, no Bairro Santa Cecília, atendendo a Jovens e Adultos, na modalidade semipresencial. Acrescenta o ofício do CME que há um grande número de alunos matriculados e que os questionamentos sobre a validade do curso são constantes.

A inicial do processo é o Ofício nº 22/2004 da Equipe de Acompanhamento e Inspeção Escolar da Coodenadoria Serrana III (Petrópolis) dirigido à Coordenadora da E.COIE – Profª. Heloisa Maciel, solicitando análise do certificado de conclusão de Ensino Médio expedido pelo Centro Educacional Gonçalves para a aluna Carla da Costa Pimentel, residente em Teresópolis. Esse ofício já esclarece que o “pólo” onde a aluna estudou, em Teresópolis, não possui autorização e informa que os documentos anexados (cópia do certificado, do histórico escolar e ficha da FESO – Fundação Educacional Serra dos órgãos foram enviados àquela Equipe pela FESO, para onde a referida concluinte prestou vestibular. A Faculdade solicitou, então, autenticação do Certificado. Indispensável observar que tanto o Certificado quanto o Histórico Escolar foram expedidos por São Gonçalo, conforme endereço timbrado nas folhas e observação manuscrita no Histórico, ou seja, Rua Alberto Santos Carvalho, nº 75, Parada 40, Município de São Gonçalo.

Cabe lembrar que a E.COIE também dirigiu-se a este CEE, em 2003, através do Processo E-03/100.503/03, para informar “a realidade detectada pelas Coordenadorias Regionais das Baixadas Litorâneas I (Cabo Frio) e II (Araruama) quanto ao funcionamento do Centro Educacional Gonçalves. Juntou relatório e termo de visita assinados por diferentes inspetores escolares e solicitou “oficialmente” orientações, perguntando que medidas deveriam ser adotadas tendo em vista que o Centro Educacional Gonçalves funcionava em Araruama e São Pedro da Aldeia, também em igrejas, com cursos para Jovens e Adultos, quinzenalmente, aos sábados, e com uma prova “no final do encontro”. A Coodenadoria Regional certificou-se junto a E.COIE de que não se tratava de pólo de Educação a Distância, nem de curso nos termos da Deliberação CEE nº 259/00 (Educação para Jovens e Adultos), autorizados.

Procurado, o Diretor Jairo Pessanha Malafaia, apresentou documentos que comprovam o Reconhecimento da Instituição; Portaria de Autorização de Jovens e Adultos - nível Fundamental; e Parecer favorável da Comissão Verificadora para o funcionamento desta mesma modalidade, em nível médio; todos referentes à sede do Centro Educacional Gonçalves, em São Gonçalo.

A Instituição não é Credenciada / Autorizada para Educação a Distância.

Cabe ressaltar que:

a) no Certificado de conclusão do Ensino Médio de Carla da Costa Pimentel, anexado ao processo, não constam as Disciplinas e Carga Horária, assim como o curso anterior e respectivo ano de conclusão.

b) no Histórico Escolar consta que Carla estudou da 1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental em instituições de ensino localizadas em Teresópolis.

c) quanto à vida escolar relativa ao Ensino Médio, consta somente a 3ª fase, no 1º semestre/2004, no Centro Educacional Gonçalves, em São Gonçalo, com a observação de que “a aluna foi matriculada na 3ª fase de acordo com o Artigo 5º da Deliberação CEE nº 259/00”.

### VOTO DA RELATORA

Lamentavelmente, estamos, mais uma vez, diante de um caso de funcionamento irregular de uma instituição de ensino.

No Parecer CEE nº 115/2004, que trata de caso semelhante a este, o Ilustre relator, Conselheiro José Antonio Teixeira, sabiamente, deixa claro que: “**Toda e qualquer escola** que ofereça ensino presencial, inclusive de Educação para Jovens e Adultos deve ser autorizada com base na Deliberação CEE nº 231/98, porque o ato do Poder Público é único e enextensível: - é para dada escola que se sedia em determinado endereço: certo, prévia e devidamente inspecionado”.

Pelo exposto e considerando as normas que regem a Educação Nacional e, com base no art. 11 da Deliberação CEE nº 259/00, na Del.CEE nº 231/98 e na Del. CEE nº 285/03 é nosso parecer que o funcionamento de ensino do Centro Educacional Gonçalves, na Igreja Batista Barra do Imbuí e na Igreja Assembléia de Deus, no Bairro de Santa Cecília, em Teresópolis, ou em qualquer outro local fora da sua sede, ofende a legislação em vigor no Estado do Rio de Janeiro, sendo absolutamente irregular, intempestiva e ilegal.

Determinamos, assim, o imediato encerramento das atividades daquele estabelecimento, nos locais citados, devendo a Coordenadoria Regional da Serrana III encaminhar os alunos a instituições devidamente autorizadas e comunicar a este Conselho as soluções aplicadas.

Pelas irregularidades apresentadas pela Instituição, opinamos no sentido de ser aplicada a Deliberação CEE nº 195/92 e, assim, submeter o Centro Educacional Gonçalves, localizado na Rua Alberto Santos Carvalho, nº 75, Parada 40, Município de São Gonçalo, durante o prazo de 90 dias (noventa dias), à ação da Inspeção Escolar, por meio de uma Comissão Especial, a cargo da COIE-E – Coordenadoria de Inspeção Escolar da Secretaria de Estado de Educação. Para tanto, a COIE designará inspetores de seus quadros, devendo a eles ser exibida pela referida instituição toda e qualquer documentação escolar comprobatória da legalidade dos atos praticados e da qualidade, pelo menos satisfatória, do ensino oferecido e da aprendizagem adquirida, para que as certificações expedidas possam ser validadas.

Tendo a instituição efetuado matrículas com base no art. 5º da Deliberação CEE nº 259/00, que a Inspeção Escolar, em seu relatório final, deixe claro, também, como a Instituição aplicou a figura da Classificação, ou seja, a Deliberação CEE nº 285/03, em especial o art. 3º e seus parágrafos.

Findo o prazo concedido, a Comissão Especial deve apresentar, no prazo de 7 (sete) dias, relatório final à autoridade que a designou, para fins de ciência e encaminhamento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do art. 3º da Deliberação CEE nº 195/92.

É o voto.

### **CONCLUSÃO DA CÂMARA**

A Câmara de Educação Básica acompanha o voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2005.

**Irene Albuquerque Maia** – Presidente e Relatora  
**Amerisa Maria Rezende de Campos**  
**Arlindenor Pedro de Souza**  
**Eber Silva**  
**Esmeralda Bussade**  
**Francílio Pinto Paes Leme**  
**José Carlos da Silva Portugal**  
**Rose Mary Cotrim de Souza Altomare**

### **CONCLUSÃO DO PLENÁRIO**

O presente Parecer foi aprovado com abstenção de voto do Conselheiro Magno de Aguiar Maranhão.

Sala das Sessões, no Rio de Janeiro, em 02 de agosto de 2005.

**Roberto Guimarães Boclin**  
**Presidente**

Homologado em ato de 31/08/05

Publicado em 06/09/05 Pág. 15

Republicado em 07/11/05  
Pág. 16